

OCDE: AL precisa melhorar qualidade de gastos públicos

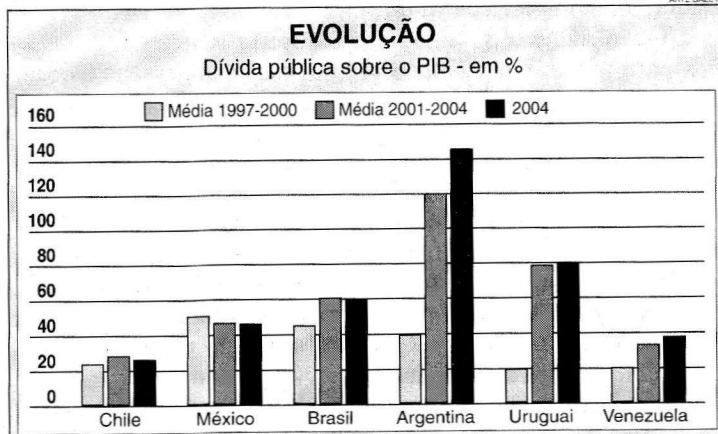
Segundo estudo, Argentina, Brasil, Chile e México precisam resolver problemas estruturais

AFP
PARIS

As maiores economias da América Latina (AL) estão no caminho certo para pôr em ordem suas finanças públicas, mas ainda há muito o que fazer para melhorar a qualidade e a flexibilidade dos gastos públicos, segundo estudo divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O relatório, intitulado “Challenges to Fiscal Adjustment in Latin America” (Desafios do ajuste fiscal na América Latina), considera que quatro grandes países da AL — Argentina, Brasil, Chile e México — enfrentam “dificuldades comuns”.

Embora as grandes dívidas públicas e o grande volume de seus gastos públicos sejam bem diferentes, esses quatro países têm o desafio comum de “conter seu endividamento em níveis razoáveis, e reforçar a eficácia de seus gastos, especialmente na área da proteção social”.



Fontes: OCDE e Standard & Poor's

A Argentina, com uma dívida pública de 140% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 (antes da reestruturação, motivo pelo qual agora é menor), tem agora de agir com “prudência” e resolver “importantes problemas estruturais”, disse à AFP o economista brasileiro Luiz de Mello, autor do informe junto com o chileno Nano Mulder.

O Brasil (com uma dívida em torno de 51% de seu PIB) “fez um grande esforço para reduzir sua dívida graças a novas receitas e impostos”, segundo Mello. O problema do México (em torno de 25% do seu PIB, sempre em 2003) é “reduzir sua excessiva dependência das receitas petrolíferas”.

Finalmente, o Chile (20%), dependente em grau menor de

suas matérias-primas, particularmente do cobre, é o país com “instituições mais fortes e bem concebidas”, diz o economista.

“Outro desafio: assegurar-se de que os investimentos públicos nas infra-estruturas sejam ao mesmo tempo suficientes e adaptados às necessidades”, diz o estudo da OCDE. O texto defende ainda uma “ampla reforma fiscal na região”, cujas administrações fiscais devem ser “modernizadas” e suas “bases de imposição ampliadas para que um número maior de setores da economia contribua para as receitas públicas”. Neste aspecto fiscal, o Brasil está na “média” dos países da OCDE enquanto o Chile é a nação latino-americana com a administração fiscal “mais estruturada”.